



NIA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

14

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

ABR 2020

ISSN: 2183-0924

***A*PONTAMENTOS**

de Arqueologia e Património

14

ABRIL

2020

Título: *Apontamentos de Arqueologia e Património*

Propriedade: *Era-Arqueologia S.A.*

Editor: *ERA Arqueologia / Núcleo de Investigação
Arqueológica – NIA*

Local de Edição: *Lisboa*

Data de Edição: *Abril de 2020*

Volume: *14*

Capa: *Sepultura romana 16 de Bantum*
(Foto: José Carvalho)

Direcção: *António Carlos Valera*

ISSN: 2183-0924

Contactos e envio de originais:

antoniovalera@era-arqueologia.pt

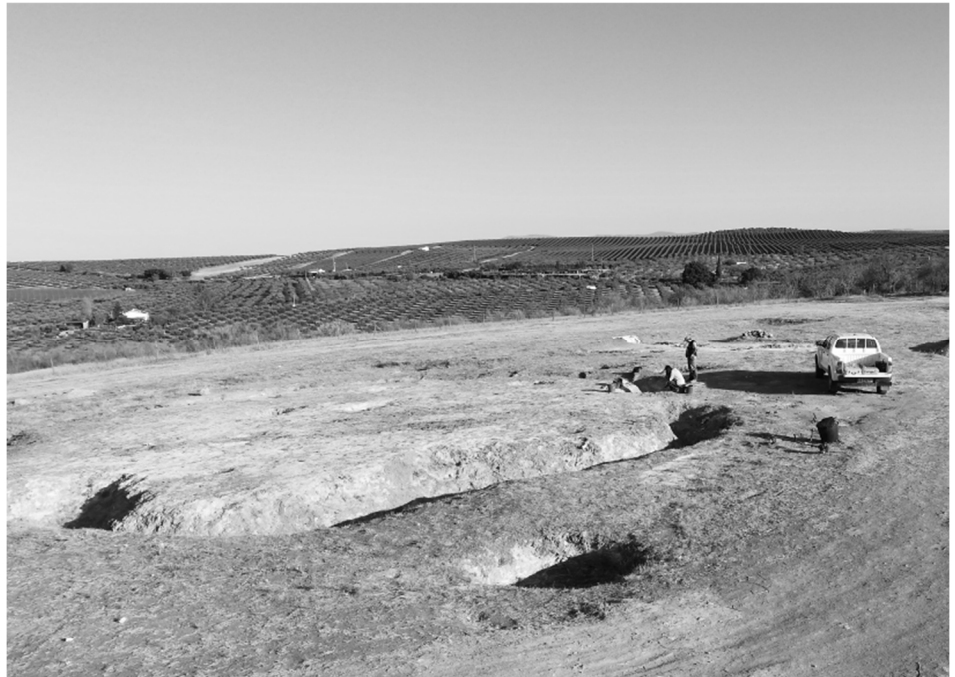
Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

O uso do acordo ortográfico está ao critério de cada autor.

ÍNDICE

EDITORIAL	07
Nelson J. Almeida, Ana Catarina Basílio e António Carlos Valera THE FAUNAL RECORD FROM SANTA VITÓRIA (CAMPO MAIOR): AN INITIAL APPRISAL BASED ON THE REMAINS FROM 2018 AND 2019 EXCAVATIONS.	09
António Carlos Valera e Tiago do Pereiro O RECINTO DE FOSSOS PRÉ-HISTÓRICO DE BORRALHOS (SERPA): APROXIMAÇÃO À SUA ARQUITECTURA ATRAVÉS DA PROSPECÇÃO GEOFÍSICA.	17
Helena Reis, António Carlos Valera, Marta Macedo e Nelson Cabaço A QUINTA VELHA: UMA OCUPAÇÃO CALCOLÍTICA NA SERRA DE SINTRA.	29
António Carlos Valera, Carlo Bottaini e Ana Catarina Basílio A DEPOSIÇÃO DE UMA ALABARDA EM CONTEXTO CAMPANIFORME NA ÁREA CENTRAL DO RECINTO DOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ).	41
José Filipe dos Reis Carvalho AS NECRÓPOLES DE BANTUM E HERDADE DO LAMARIM I (BALEIZÃO, BEJA). RESULTADOS DE DUAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM DOIS ESPAÇOS FUNERÁRIOS DO PERÍODO ROMANO E ANTIGUIDADE TARDIA.	49
José Filipe dos Reis Carvalho e Rui Ramos A ÂNFORA ROMANA DRESSSEL 1 (REI RAMIRO, CASTELO DE GAIA): CARACTERÍSTICAS E CONTEXTUALIZAÇÕES.	55
Rui Ramos e José Filipe dos Reis Carvalho O SÍTIO DO REI RAMIRO: CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS OCUPAÇÕES ANTIGAS NO MONTE DO CASTELO (VILA NOVA DE GAIA)	67
Francisco Raimundo e Tiago Gil PALÁCIO DOS FERRAZES (RUA DAS FLORES / RUA DA VITÓRIA, PORTO). SÍNTESE DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA.	83
Vanessa Rodrigues ANÁLISE ESTRATIGRÁFICA PARIETAL NA CONSERVAÇÃO E RESTAURO.	101



EDITORIAL

A *Apontamentos de Arqueologia e Património* completa em 2020 treze anos de existência. Se a isto somarmos os oito anos anteriores (e oito volumes publicados) da revista *ERA Arqueologia* e o arranque das séries monográficas (a *ERA Monográfica*, com três volumes editados, e a *Perdigões Monográfica*, com um número publicado e outro no prelo), fica claro o empenhamento e o compromisso que a *ERA Arqueologia* sempre manteve com divulgação do resultado do seu trabalho. Um compromisso feito também de resiliência, porque os tempos nem sempre foram fáceis.

A publicação do décimo quarto número ocorre, novamente, num contexto de dificuldades e de algumas (muitas) incertezas. Contudo, há já algum tempo que ele estava previsto para agora e a sua publicação não assume qualquer particular simbolismo ou declaração relativamente a este tempo que vivemos em Abril de 2020. Revela apenas o continuar resiliente de uma trajectória de direcção única (o que, como Almada Negreiros bem sublinhou, é o oposto de única direcção).

António Carlos Valera

O SÍTIO DO REI RAMIRO: CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DAS OCUPAÇÕES ANTIGAS NO MONTE DO CASTELO (VILA NOVA DE GAIA)

Rui Ramos¹
José Carvalho²

Resumo:

A intervenção arqueológica realizada pela Era Arqueologia S.A. no sopé da encosta Nordeste do Monte do Castelo de Gaia foi promovida pela “The Fladgate Partnership – Vinhos S.A.” no âmbito do plano de minimizações prévias ao projecto de construção de um empreendimento imobiliário, tendo decorrido em duas fases entre Janeiro e Abril de 2016 e entre Outubro de 2017 e Novembro de 2018, totalizando 14 meses de trabalho de campo. A escavação arqueológica pôs em evidência, numa área de 900 metros quadrados, uma lata sequência ocupacional de 25 séculos, balizada entre a II Idade do Ferro e a Idade Moderna, de onde se destaca uma área habitacional do séc. IV-III a.C. e um *horreum* romano construído em finais do séc. I a.C.

Abstract:

The Rei Ramiro site: contribution to the knowledge of the early occupations at Monte do Castelo (Vila Nova de Gaia)

The archaeological intervention carried out by Era Arqueologia S.A. at the foot of the northeast slope of Monte do Castelo in Vila Nova de Gaia, North of Portugal, was promoted by The Fladgate Partnership – Vinhos S.A., prior to the construction of a real estate project. The archaeological excavation highlighted, in an area of 900 square meters, a large occupational sequence that extends from the II Iron Age to the Modern Period, from which stands out a housing area of the 4th-3rd Century B.C. and a roman *horreum* built in the late 1st century B.C.

1. Breve contextualização

O Monte do Castelo de Gaia constitui uma elevação proeminente na margem esquerda do Douro, a 3,5 quilómetros da sua foz, desenvolvendo-se em vertentes mais ou menos pronunciadas, vencidas por socacos e velhos caminhos, até à cota cimeira de 80 metros (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Localização do sítio Fonte: Googl Earth, 2015.

Esta colina encontra-se no centro de uma das discussões mais duradouras da historiografia portuguesa: a localização dos germinais *Portus* e *Cale* da foz do Douro, que haveriam de originar o *Portucale Locum* e o *Portucale Castrum* mencionados no séc. V d.C. na Crónica de Idácio e corresponderiam aos núcleos de povoamento primevos das actuais cidades de Vila Nova de Gaia e Porto. Não pretendemos, contudo, abordar a problemática da localização da *Cale* do Itinerário de Antonino (ou a mais recente questão da localização do *Caeno Oppidum* da Cosmografia do Anónimo de Ravena) amplamente debatida pela historiografia portuguesa em anos recentes (Mantas 1996; Alarcão 2005; Silva 2015), onde os argumentos esgrimidos resultam mais da interpretação das fontes escritas do que das evidências arqueológicas, que até à presente data permanecem mudas em relação a esta questão. No decurso da escavação arqueológica não identificamos qualquer indício que pudesse ajudar a clarificar, *tout court*, a velha dúvida.

¹ Arqueólogo, ruiamos@omniknos.pt

² Arqueólogo, josecarvalho@omniknos.pt



Figura 2 – Localização do sítio Fonte: Googl Earth, 2015.

A plataforma por nós escavada constitui uma amostra ínfima da área total do Monte do Castelo de Gaia; ainda que esta janela nos tenha permitido vislumbrar um valioso palimpsesto temporal, pudemos supor a existência de vestígios tão ou mais relevantes em toda a área do monte, ocupado pelo menos desde finais da Idade do Bronze, como o atestam os trabalhos desenvolvidos por Armando Coelho Ferreira da Silva nos anos 80 (Silva 1984) e Teresa Pires de Carvalho no final dos anos 90 (Carvalho 2003). As populações que aqui se vieram a estabelecer ao longo dos tempos tiraram proveito de uma implantação topográfica que oferecia boas condições de defesa e um bom domínio visual do curso final do rio e das suas margens acidentadas, não deixando no entanto de o fortificar, seja com sistemas de fossos durante a Idade do Ferro (Silva 2018), seja com uma muralha no decurso do séc. I d.C. (Carvalho, Fortuna 2000), com o famigerado Castelo destruído em 1384 (Lopes 2018) e já em séculos mais recentes, com uma bateria absolutista que durante a guerra civil de 1828-1834 fazia fogo sobre a vizinha cidade do Porto. A existência de uma passagem fluvial entre as duas margens, localizada nas Escadas do Senhor da Boa Passagem e que foi utilizada até à construção das primeiras travessias fixas do curso final do Douro, indicia também a importância estratégica deste sítio no âmbito regional ao longo dos tempos.

A área intervencionada localiza-se na vertente Nordeste do Monte do Castelo, fronteira ao Douro (que dista pouco mais de 30 metros do sítio) e ocupa um pequeno socalco de planta sub-rectangular, com 100 metros de comprimento e 9 metros de largura, actualmente delimitado a Este pela Rua da Fonte Nova e contido a Oeste por um grande muro construído no final do séc. XVIII inícios do séc. XIX. No início dos trabalhos arqueológicos era uma parcela inculta no logradouro de um antigo armazém, sem indício de alterações substanciais durante o período moderno ou contemporâneo, facto que terá contribuído para preservação dos vestígios identificados (Figura 3). Os primeiros trabalhos arqueológicos no sítio do Rei Ramiro foram realizados, em 2008, pela empresa Logiark, Lda. e cujos resultados permitiram, pela primeira vez, atestar uma sucessão de depósitos e estruturas arqueológicas enquadáveis entre a Idade Média e a Idade do Ferro (Barbosa, Prieto 2011) e cuja relevância científica motivou a escavação em área que ora apresentamos.



Figura 3 – Perspectiva do sítio no início dos trabalhos.

Os vestígios arqueológicos desenvolvem-se ao longo deste socalco, numa sequência estratigráfica com 3,50 metros de espessura – entre os 17,50 e 21 metros de altitude – formada por depósitos coluvionares provenientes da vertente mais elevada que se desenvolve a Sul e intercalados por níveis ocupacionais que abrangem uma ampla diacronia, balizada entre o séc. IV a.C. e o séc. XX.

Os contextos identificados, durante os trabalhos arqueológicos, materializam quatro grandes períodos cronológicos: a Idade Moderna, a Idade Média, a Época Romana e a II Idade do Ferro. Estes períodos foram subdivididos em 11 fases de ocupação e abandono (Figura 4), sendo que neste artigo optamos por abordar aquelas que consideramos mais relevantes e que melhor pudessem evidenciar as várias ocupações deste sítio.

Fase XII	Século XVIII a XX	Moderno/Contemporâneo
Fase XI	Século XIV-XV	Medieval
Fase X	Século IV a VI	Tardo Romano
Fase IX	I-II d.C.	Romano
Fase VIII	Finais século I a.C.	
Fase VII	30-20 a.C.	
Fase VI	Segunda metade do século I a.C.	II Idade do Ferro
Fase V	Primeira metade do século I a.C.	
Fase IV	Século III-II a.C.	
Fase III	Século III-II a.C.	
Fase II	Século IV-III a.C.	
Fase I	Século IV-III a.C.	

Figura 4 – Quadro síntese das ocupações identificadas no sítio.

2. Os contextos medievais (fase XI)

A ocupação medieval do sítio corresponde a alguns segmentos de muro em alvenaria de granito que configuram uma compartimentação de planta quadrangular ou rectangular, com o eixo maior com 7,50 metros de comprimento, à qual estava associado um pavimento interior em terra batida (Figura 5). Os depósitos com inclusão abundante de carvão que cobriam os segmentos de muros postos em evidência, indiciam que o colapso desta estrutura poderá ter resultado de um incêndio

que originou a ruína do aparelho pétreo e consequente abandono do edifício, que seria – provavelmente - pouco mais do que um simples tugúrio implantado numa vertente desolada. A percentagem residual do espólio classificável relacionado com esta ocupação impõe-nos cautela no seu enquadramento cronológico, sendo que o elemento mais seguro para a datação deste contexto foi recolhido no nível de derrube do edifício e corresponde a “1 Dinheiro” cunhado no reinado de D. Afonso III ou de D. Fernando, entre 1248 e 1383.



Figura 5 – Edifício medieval.

3. Os contextos tardo-romanos (fase X)

A ocupação tardo-romana desta plataforma corresponde a vários segmentos de muros, sete estruturas negativas de origem antrópica, um extenso derrube pétreo e vários depósitos detriticos onde abundam as produções de louça fina e as ânforas produzidas nas oficinas do Norte de África e do Mediterrâneo Oriental entre os séc. IV e o séc. VI d.C., evidenciando uma certa prosperidade durante um período comumente associado a momentos de instabilidade política e desagregação das estruturas criadas e mantidas por Roma.

A incipiência das estruturas identificadas só nos permite uma aproximação parcial à ocupação que aqui se desenvolveu entre o séc. IV e o séc. VI d.C. Com efeito, seriam estruturas bastante frustres, que em alguns casos reaproveitavam elementos pétreos de outras construções localizadas nas cercanias, como é o caso de um silhar almofadado reutilizado na base de um dos muros localizado no limite Este da escavação arqueológica.

A única compartimentação identificada nesta fase, que extravasa o limite Oeste da área escavada, apresenta planta quadrangular (ou rectangular) com 4 metros de largura, é delimitada por um segmento de muro de dupla face, composto por blocos irregulares de granito de pequena e média dimensão assentes a seco. No interior, identificamos um nível de circulação em argila, construído em dois planos diferentes e separados por um degrau (Figura 6).

Os dois segmentos de muro mais extensos, com 9 metros e 11,80 metros de comprimento respectivamente e ambos com uma orientação NO-SE são paralelos ao socalco actual e configuram uma contenção da plataforma construída entre o séc.

IV e o séc. VI d.C. (Figuras 7 e 8). No limite Este da intervenção identificamos indícios de um aluimento da encosta, marcado por uma transição abrupta da cota do terreno, que terá truncado uma série de muros da ocupação romana do século I a.C. que ficaram visíveis no talude artificial criado por este colapso. Foi sobre este talude que foi construído um dos muros de contenção – o que nos permite definir o *terminus ante quem* do aluimento – que por sua vez também ruíu parcialmente em época que não conseguimos precisar. Os dois segmentos de muros de contenção levam-nos a concluir que as ocupações de antanho, à semelhança do que acontece ainda hoje, ter-se-ão debatido com a instabilidade dos socacos que foram criados nestas vertentes e com episódios nefastos de desmoronamentos e deslizamentos de terra encosta abaixo.



Figura 6 – Edifício tardo-romano.



Figura 7 – Segmentos de muro de contenção identificados na ocupação tardo-romana.



Figura 8 – Segmentos de muro de contenção identificados na ocupação tardo-romana.

4. Os contextos do séc. I e séc. II d.C. (fase IX e fase VIII)

A ocupação do séc. I d.C. ao séc. II a.C. aproveitou a compartimentação de um edifício romano pré-existente, parcialmente soterrado e desprovido da maior parte dos seus elementos construtivos. Sobre os muros remanescentes, que seriam visíveis nesta fase de ocupação, foram abertas três valas de saque que obliteraram o aparelho pétreo dos muros, cuja pedra terá sido reaproveitada noutras edificações. Sobre o depósito que cobria este antigo edifício foi construída uma estrutura de combustão de planta circular, com 2,60 metros de diâmetro que se articula com o topo remanescente de um dos muros internos e com uma das fachadas do edifício pré-existente e que lhe deverão ter servido como resguardo durante o tempo em que foi utilizada (Figura 9). Identificamos outra estrutura de combustão similar, com 2,20 metros de diâmetro fora desta compartimentação e no espaço que as medeiam identificamos três aglomerados pétreos de planta circular, com 1,20 metros de diâmetro que poderão também corresponder a estruturas de combustão, ainda que tipologicamente distintas das primeiras. Consideramos estar perante uma singela área de produção fora do espaço amuralhado, já que a linha de muralha identificada na escavação de 1999 na plataforma localizada acima deste sítio já havia sido construída nesta época (Carvalho, Fortuna 2000).



Figura 9 – Estrutura de combustão.

A Norte destas estruturas de combustão, identificamos dois conjuntos de estruturas negativas de planta sub-rectangular: o primeiro conjunto era formado por 13 estruturas negativas com 90 a 120 centímetros de comprimento, 20 a 40 centímetros de largura e 20 centímetros de profundidade, que configuravam 4 alinhamentos paralelos, com orientação genérica Norte-Sul (Figura 10). O segundo conjunto era formado por 6 estruturas negativas de planta sub-rectangular, com 70 a 120 centímetros de comprimento, 20 a 30 centímetros de largura e 15 a 30 centímetros de profundidade que configuravam 3 alinhamentos paralelos com orientação Este-Oeste.

Estas estruturas negativas afiguram-se de difícil interpretação, no entanto, poderão corresponder a alicerces de uma estrutura construída em madeira ou a valas para plantio, embora no estado actual de conhecimento não disponhamos de dados que consigam corroborar estas interpretações funcionais.



Figura 10 – Alinhamento de estruturas negativas do tipo valado.

5. O horreum de finais do séc. I a.C. (fase VII)

A génese da ocupação romana deste sítio corresponde a um edifício de planta rectangular com 305,44 metros quadrados, interpretado como um *horreum*, i.e., celeiro, construído e utilizado entre 30-15 a.C. (Figuras 11 e 12). Este edifício encontrava-se truncado por uma derrocada que aconteceu durante o período em que se encontrava funcional ou após o seu abandono e que obliterou por completo a fachada Este, da qual não identificamos qualquer vestígio. Não identificamos, igualmente, a fachada Sul que se localiza fora da área da intervenção sob um caminho actualmente em uso. Deste modo, as medidas apresentadas resultam da análise dos padrões observados nos segmentos de muros remanescentes.



Figura 11 – Perspectiva aérea do *horreum*.

As fachadas maiores do edifício, com orientação Norte-Sul, apresentam um comprimento de pelo menos 33,20 metros e as fachadas menores, com orientação Este-Oeste, teriam pelo menos 9,20 metros de largura. Reconhecemos neste ponto as recomendações de autores como Vitrúvio, Varrão e Columela que aconselham que o eixo maior dos edifícios do tipo celeiro seja orientado Norte-Sul de modo a que os raios solares incidam menos nas fachadas maiores, protegendo assim os produtos armazenados das temperaturas altas resultantes de uma intensa exposição solar (Domínguez 2003-2004).

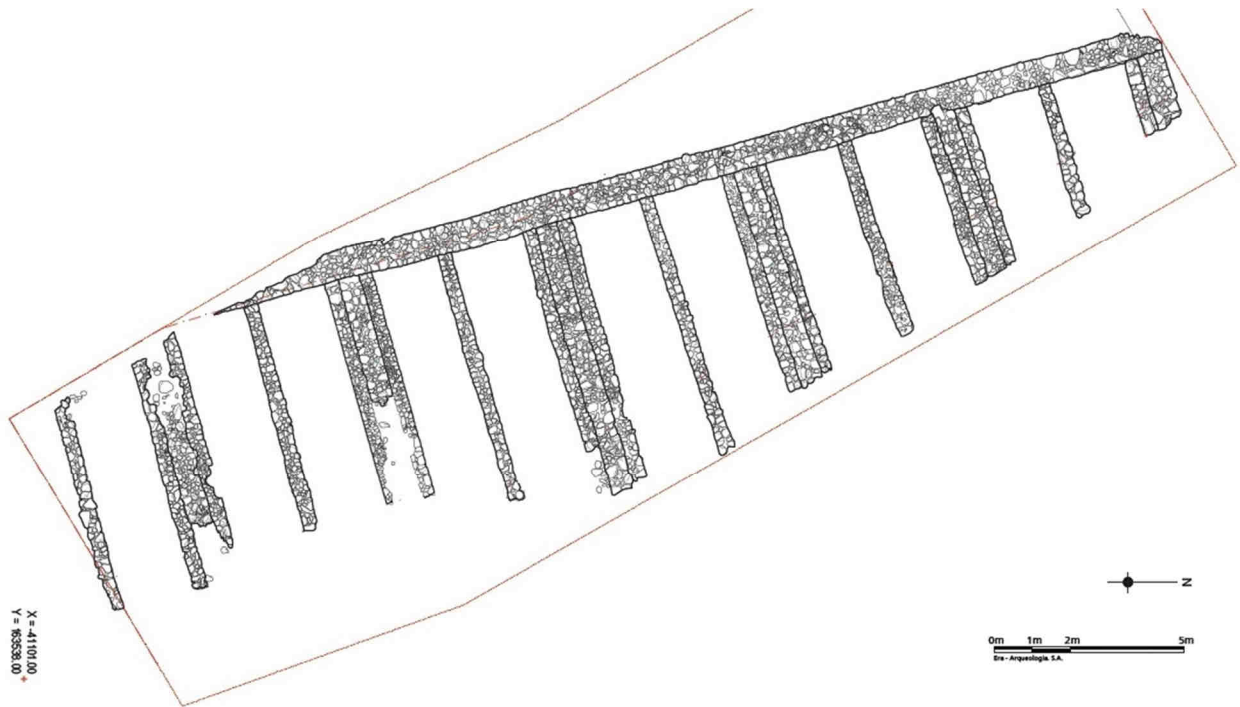


Figura 12 – Planta do horreum.

O edifício encontrava-se dividido em 6 *cellae* com 4,90 metros de largura. A ruína da fachada Este não nos permite aferir o comprimento original dos mesmos, mas o maior segmento conservado de um dos muretes internos tem 7,60 metros de comprimento, o que nos permite extrapolar que todos os compartimentos teriam no mínimo esta dimensão. Considerando estas medidas, cada compartimento teria pelo menos uma área de 37,24 metros quadrados, o que corresponde a uma área útil total de 223,44 metros quadrados.

Em todas as *cellae* existiam 3 muretes longitudinais, 2 adossados aos muros divisórios entre compartimentos e um murete axial, que teriam como função suportar um tabuado que constituiria o nível de circulação do edifício (Figuras 13 e 14). Este tipo de estruturação, com paralelos documentados em celeiros construídos na Hispânia durante o período Republicano (Domínguez 2009), enquadra-se na descrição de agrónomos latinos como Varrão e Columela, dos *Tabulatum/a*, pavimentos sobre-elevados construídos em madeira que se destinavam a armazenar grão e mantê-lo isolado da humidade e dos roedores (Domínguez 2003-2004).

O aparelho dos muros externos e internos é composto por blocos poligonais de granito, com a face exterior facetada, sem fiadas horizontais de tendência isódoma, patenteando moldes sobejamente conhecida nos castros e que indicia o uso, se não de mão de obra local pelo menos de técnicas locais, no decurso da construção (Figura 15).

Os vários segmentos de muros postos em evidência não nos permitem extrapolar a altura do edifício e parecem corresponder a um embasamento pétreo, sobre o qual se desenvolveriam paredes construídas com materiais perecíveis, como a madeira e/ou a argila. A ausência de derrubes pétreos associados ao momento de ruína do edifício, bem como a altura



Figura 13 – Perspectiva do horreum.

Figura 14 – Pormenor de uma das *cellae* do horreum.

regular do topo dos muros (cujo topo de pelo menos um deles foi rematado por uma fiada horizontal de lajes de granito que parece marcar uma transição de aparelho ou de técnica construtiva - Figura 15), leva-nos a considerar a hipótese de que a pedra tenha sido preterida por materiais combinados e pouco dispendiosos, como a madeira, a taipa ou o adobe, que permitissem levantar estruturas de maneira rápida e eficiente ao mesmo tempo que garantiam um bom isolamento dos elementos (Domínguez, 2015).



Figura 15 – Muro divisório, com uma fiada regular a encimar o aparelho.

A existência de um grande depósito argiloso com 40 a 50 centímetros de espessura circunscrito ao interior do edifício e a uma pequena área exterior contígua à fachada Norte, relacionada com o abandono e a ruína da estrutura, poderá constituir um importante indício do material utilizado na sua construção e embora não se apresente em quantidade considerável para que possa ser considerado o único elemento estruturante das paredes, podemos considerar a possibilidade de que este material fino tenha sido arrastado encosta abaixo por acção hídrica durante o processo de ruína do edifício.

As únicas evidências coetâneas com a construção e utilização do edifício no exterior são um incipiente nível de circulação em saibro contíguo à fachada Oeste, que foi afectado pela abertura de uma vala após o abandono, um extenso nível pétreo composto por blocos de granito de pequena e média dimensão localizado a Norte do edifício, que poderá resultar do descarte de material sobrança aquando da sua construção e uma pequena lareira cuja base é composta por fragmentos de ânfora.

O espólio associado ao interior do edifício é residual, sendo composto maioritariamente por fragmentos de cerâmica de tradição indígena e fragmentos de ânfora provenientes da costa da Bética, ovóides lusitanas, ovóides gaditanas e itálicas. A análise do material anfórico identificado no interior do edifício, assim como em dois depósitos imediatamente anteriores à sua construção, leva-nos a balizar a construção desta estrutura entre o ano 30 a 15 a.C., sendo que o seu período de utilização – dada a escassez e homogeneidade do material identificado – parece circunscrever-se igualmente a esse curto período.

A análise dos dados leva-nos a concluir, com algumas reticências, que este grande edifício corresponde uma estrutura de armazenamento do tipo *horreum*, construído, utilizado e eventualmente abandonado no tempo de Augusto. As análises paleobotânicas efectuadas sobre as amostras de sedimento recolhidas no decurso da escavação, afiguram-se assim de suma importância para entender a funcionalidade deste edifício³. A reconstrução da planta afigura-se um exercício que só poderá ser feito se considerarmos todos os outros edifícios do género construídos na Hispânia durante a Época Romana, mas aventamos a possibilidade de se tratar de um edifício parcialmente construído em madeira e argila, pelo facto de não termos identificado qualquer derrube pétreo ou indício de telhado nos depósitos associados à sua ruína.

A sua localização junto a uma via fluvial que seria navegável por 800 estádios, junto à costa Atlântica e junto a uma das principais travessias do curso final do Douro, justifica per se a sua implantação. Resta-nos assim a dúvida, que dificilmente poderá ser esclarecida, sobre se se trataria de um edifício ligado ao comércio e à cobrança do imposto aduaneiro *portorium* entre os dois lados do rio, que por volta de 16 a.C se terá constituído como fronteira entre as províncias da Lusitânia e da Tarraconense, ou se poderia ser uma construção militar destinada a armazenar grão para as legiões que o primeiro imperador estacionou na Hispânia no decurso da guerra contra Cântabros e Astures, entre 29 e 19 a.C., intervalo de tempo onde se enquadra a construção do edifício. A conquista da Cantábria foi a última grande campanha militar na Hispânia e resultou na anexação dos territórios mais setentrionais da Península (Morrillo 2016). O enorme contingente de tropas estacionado no Norte, onde durante o curso da guerra foram reunidas pelo menos 6 legiões, obrigou à importação de trigo das regiões mais meridionais da Hispânia e até do Sul da Gália, provisões que segundo Estrabão chegavam pelos caminhos da costa (Echegaray 1999) e que devem ter envolvido um sem número de locais de aprovisionamento ao longo das rotas que se dirigiam ao teatro de operações e que na retaguarda do avanço das tropas permitiam o seu abastecimento com produtos que escasseavam nas regiões nortenhas da Península.

Ainda que não tenhamos identificado qualquer indício de material militar no decurso da escavação, a presença de militares nesta zona é atestada pela existência de um cipo funerário identificado a escassos 100 metros do sítio, nas Escadas da Boa Passagem, de um certo L. *Lavius Tuscus*, natural de Olisipo, militar da X *Gemina*, uma das legiões que Augusto deslocou para a Hispânia nos preparativos da campanha e que após o fim do conflito foi uma das 3 legiões que permaneceu no Noroeste Peninsular, tendo por base a cidade de Astorga. Este cipo funerário é datado de entre Augusto e Tibério por Vasco Mantas (Mantas 2013).

6. A ocupação da Idade do Ferro (fase I)

A ocupação da II Idade do Ferro baliza-se entre o século IV a I a.C. e é separada dos níveis augustanos por uma sequência

³ Este material encontra-se actualmente em fase de estudo, no âmbito de um projecto de doutoramento em colaboração com o CIBIO-InBIO



Figura 16 – Foto aérea da fase I – De Sul para Norte: (H) Ambiente H; (D) Ambiente D; (AF) Área Funcional; (E) Ambiente E; (B) Ambiente B; (F) Ambiente F.

de depósitos coluvionares com inclusão de material cerâmico de produção local e cerâmica importada do Sul da Península Ibérica. Estes contextos evidenciam uma dinâmica ocupacional bastante intensa, com sobreposição de espaços habitacionais e áreas funcionais, cuja sincronia se afigura por vezes difícil de aferir. A fase I, que corresponde à ocupação mas antiga identificada no sítio, balizada entre o séc. IV e o séc. III a.C., apresenta algumas singularidades que importa salientar, porquanto raras no panorama regional, nomeadamente a existência de edifícios de adobe ou argila coetâneos com edifícios em alvenaria de pedra mais tradicionais dentro do que se conhece da arquitectura deste período no território e o uso de cal ou caulino sobre o reboco dos paramentos exteriores e interiores, não só como função impermeabilizante como também estética.

O substrato rochoso de génese granítica, apresenta uma pendente Este-Oeste, com um declive acentuado no limite Este da área intervencionada, que foi regularizado com a colocação de uma camada composta por saibro, argila e grandes blocos de granito, eventualmente resultantes da desprega da rocha feita a Oeste. Ainda que este depósito se tenha revelado completamente estéril do ponto de vista arqueológico, trata-se de uma acção antrópica com o objectivo de criar um plano regular sobre o qual se desenvolveu a primeira ocupação e as seguintes reocupações desta área. Pese a ausência de evidências directas, parece-nos plausível também a existência de uma contenção pétreia que sustenha esta plataforma e que a existir, se desenvolveria fora da área que intervencionamos nesta fase, entre o limite Este da escavação e o actual muro de socorro que contém a actual plataforma.

A fase I apresenta também o conjunto de estruturas melhor preservadas dentro desta lata diacronia da Idade do Ferro, descrevendo-se nos seguintes parágrafos as mais relevantes (denominadas Ambiente B, Ambiente D, Ambiente E, Ambiente F e Ambiente H) e que melhor representam as várias formas de construir aqui identificadas (Figura 16).

O Ambiente H corresponde a uma cabana de planta circular (Figura 17). Esta estrutura consiste num embasamento em argila cozida de planta circular, com 4,60 metros de diâmetro e 25 centímetros de altura, elevado em relação à cota da envolvente. Um valado de planta circular com 15 a 20 centímetros de largura e 20 centímetros de profundidade, feito sobre este embasamento, delimita um espaço de planta circular, com 2,80 metros de diâmetro - o que corresponde a uma área de 6,15 metros quadrados - com um vão de porta com 100 centímetros de largura orientado para Este. Identificamos um

eventual arranque de parede em argila, com 15 centímetros de largura que colmata parcialmente o valado, o que indicia que as paredes da estrutura seriam construídas neste material e provavelmente seriam sustidas por um esqueleto em madeira cuja base assentaria no valado.



Figura 17 – Ambiente H.

O nível de circulação interior fazia-se sobre o plano regular constituído pelo embasamento de argila e no centro da cabana existia uma lareira em argila de planta quadrangular, com 50 centímetros de largura e com evidentes indícios de fogo, que se constitui como o único indício de utilização funcional identificado neste ambiente.

O embasamento em argila foi construído sobre o substrato rochoso e sobre a plataforma antrópica que regularizou a cota desta encosta. O investimento na construção de uma base sólida e elevada para construir uma cabana teria a ver com a necessidade de higienização do espaço, mantendo-o seco durante as épocas de maior pluviosidade.

O Ambiente D é uma cabana de planta circular que extravasa os limites da área intervencionada. Esta estrutura apresenta 6,60 metros de diâmetro, a que corresponde uma área de 34,19 metros quadrados (Figura 18). A cabana seria constituída por uma parede de argila bastante compacta, com 50 a 70 centímetros de largura que delimita um espaço interior com 5,50 metros de diâmetro, perfazendo uma área útil de 23,73 metros quadrados. A entrada, com 150 centímetros de largura estava orientada a Norte e era delimitada por dois buracos de poste de planta circular, onde assentariam as ombreiras da porta, provavelmente em madeira. O nível de circulação era

composto por um depósito de argila cozida bastante compacto que se apresentava com várias fissuras paralelas ao socalco e que poderão ter resultado do abatimento ou deslizamento dos depósitos que constituem a encosta e que foram sendo remendadas com argamassa e argila ao longo do tempo.

No centro desta cabana existia uma lareira em argila de planta ovalada, com 130 centímetros de comprimento e 90 centímetros de largura. Sobre a argila ainda fresca da lareira foi aposta uma decoração incisa, composta por uma sucessão de círculos com 10 centímetros de diâmetro intercalados por linhas rectas paralelas de perpendiculares que formam um quadriculado (Figura 19).

O nível de circulação, cortado por 45 buracos de poste de planta circular que configuraram vários alinhamentos relacionados com a compartimentação interna desta casa ou suportes do respectivo tecto, foi construído sobre um embasamento de argila bastante compactada e blocos de granito que assentava directamente sobre o substrato rochoso e sobre a plataforma antrópica que regularizou a cota desta encosta.



Figura 18 – Ambiente D.



Figura 20 – Empedrado no exterior do Ambiente D.



Figura 19 – Pormenor da lareira decorada no Ambiente B.



Figura 21 – Tijolo de adobe, relacionado com o Ambiente D.

mos, como indicia a sobreposição de algumas delas, justificada – quiçá – pela necessidade de reformular um tipo de estruturas que devido à sua funcionalidade estavam sujeitas a um uso intensivo e por isso teriam um tempo de utilização muito curto. O material associado a este momento indicia a existência de uma área de trabalho plurifuncional, com a presença de vestígios de metalurgia, como é o caso dos 7 cadinhos em cerâmica e alguns restos de escória de ferro nas camadas de cinza e carvão associadas a estas estruturas, mas também com funcionalidades relacionadas com actividades domésticas, como seja o casal de mós rotatórias e os recipientes de uso doméstico recolhidos nos depósitos com a utilização desta área. A decoração incisa identificada no fundo de algumas destas estruturas (Figura 23), aproxima-as, contudo, mais dos paralelos conhecidos de lareiras domésticas identificadas nos habitats da Idade do Ferro do que de estruturas de combustão de construção mais elaborada e robusta que pudessem indiciar fornos relacionadas com a fundição.



Figura 22 – Área funcional.



Figura 23 – Lareira decorada na área funcional.

O Ambiente E corresponde a uma base de cabana delimitada por um valado perimetral de contorno circular com 15 a 20 centímetros de largura e 5 a 10 centímetros de profundidade e perfil em “U” (Figura 24). Este valado apresenta uma interrupção orientada a Norte, que configura um vão de entrada com 135 centímetros de largura, enquadrado por dois buracos de poste onde se implantariam as duas ombreiras em madeira

da porta e das quais não identificamos outros indícios. No interior desta cabana não identificamos quaisquer indícios de pavimentos em argila semelhantes aos já identificados no interior das outras casas de planta circular, pelo que a circulação seria feita sobre o substrato rochoso e sobre a argila que regularizou a plataforma, com uma planimetria muito regular nesta área. No centro desta cabana existia uma lareira em argila de planta sub-quadrangular com 80 centímetros de lado, constituída por um plano regular de argila cozida, decorada com linhas incisas paralelas, construída sobre um nível fino de argamassa de saibro que assentava no substrato rochoso.

No interior da cabana, escavados no plano de circulação anteriormente descrito, identificamos 19 buracos de poste de planta circular, com dimensões e perfis variados, eventualmente relacionados com a estruturação do espaço interno ou com o apoio da cobertura. Na parte exterior identificamos mais 10 buracos de poste de planta circular, escavados no mesmo plano dos anteriores, provavelmente relacionados com a existência de estruturas fincadas, de apoio à cabana. A inexistência de qualquer elemento pétreo associado a este ambiente, indicia que as paredes e a cobertura do mesmo seriam compostas por elementos perecíveis, como o sejam a madeira e a argila, embora os indícios destes materiais fossem escassos nesta área específica da escavação.



Figura 24 – Ambiente E.

O Ambiente B apresenta planta circular, com 5,40 metros de diâmetro, a que corresponde uma área total de 22,89 metros quadrados, e é delimitado por um muro em alvenaria de dupla face, com 40 a 50 centímetros de largura, composto por blocos irregulares de granito de pequena dimensão, ligados com argila (Figura 25). O paramento exterior e interior era revestido com argila coberta por uma capa de cal ou caulino com poucos milímetros de espessura que se conserva ainda em alguns segmentos do muro (Figura 26).

O vão de entrada, orientado a Sul, tem 150 centímetros de largura e é enquadrado por dois buracos de poste onde se implantariam as duas ombreiras em madeira da porta e das quais não identificamos mais indícios. Adossado à base da face externa do muro identificamos um rodapé em argila cozida que se desenvolve em quase todo o perímetro da casa, com excepção da zona da entrada (Figura 26). Esta estrutura, com 40 centímetros de largura e perfil em rampa teria como

funcionalidade desviar a água da base da casa. A área interna da casa tem aproximadamente 4,40 metros de largura, a que corresponde uma área útil de 15,19 metros quadrados. O pavimento é composto por um depósito de argila cozida com 10 centímetros de espessura e que constitui o único nível de circulação identificado no interior desta estrutura e assenta directamente sobre o substrato rochoso. Sobre este pavimento foi feito um rodapé perimetral em argamassa de saibro com 15 centímetros de largura e que teria como função isolar a junta entre a face interna da parede e o pavimento. O pavimento interno foi cortado por 18 buracos de poste, relacionados com a estruturação interna da casa ou com o apoio do tecto, como é o caso do maior buraco de poste, localizado no centro da casa e que teria como função suportar um poste central que sustentaria o tecto. Perto do buraco de poste central identificamos uma lareira de planta subrectangular, com 130 centímetros de comprimento e 80 centímetros de largura composta por um plano regular de argila e adossada à face interna da parede perimetral existia outra lareira, estruturada por vários dormentes de mós manuais (Figura 27). Não nos foi possível aferir se estas duas estruturas de combustão operaram em simultâneo neste espaço circunscrito e se as diferenças patentes na estruturação se devem a funcionalidades distintas.



Figura 25 – Ambiente B.



Figura 26 – Paramento exterior com vestígios de cal ou caulino.

Sobre o pavimento e junto ao vão de entrada identificamos um depósito pouco extenso de carvão que cobria os buracos de poste que enquadravam a entrada e sobre o qual foi construído um murete em pedra e argila que configura um entaipamento da entrada e que é inequivocamente posterior à construção da parede da casa, embora se afigure difícil extrapolar uma finalidade para esta acção já que no interior não identificamos indícios de reformulações relacionadas com a condenação da única entrada. Em frente à entrada pusemos em evidência um conjunto de 3 blocos de granito de média dimensão, 1 assente de cutelo e 2 assentes de dorso, que parecem configurar 3 degraus, coetâneos com a condenação da entrada, por onde se acederia ao interior da casa após a construção do entaipamento (Figura 28).



Figura 27 – Lareira construída com dormentes de mó.



Figura 28 – Entaipamento e degraus de acesso à casa.

A Norte do Ambiente B foi aberto um valado de planta elíptica que delimita um espaço com 5,70 metros no eixo maior, denominado por Ambiente F (Figura 29). O valado apresenta 40 a 50 centímetros de largura e 10 a 15 centímetros de profundidade, com perfil côncavo. É colmatado por dois depósitos heterogêneos, com inclusão abundante de carvão e argila calcinada, sendo que muitos destes fragmentos de carvão ainda configuram as formas de elementos vegetais antes do processo de queima a que foram sujeitos, o que indica a presença de ramagens na colmatção desta estrutura negativa,

ainda que não consigamos aferir se esta acção resulta de um acto intencional ou não (Figura 30). A planta deste valado indicia a sua inequívoca natureza antrópica, pese a sua funcionalidade não ser evidente, pelo menos com os dados que dispomos. Aventamos a hipótese de se tratar de uma estrutura negativa que servisse de base para a colocação de elementos em madeira que formassem uma barreira vertical. O diâmetro desta estrutura e a incipiência dos vestígios identificados levam-nos a interpretá-la com cautela, podendo corresponder a uma base de uma cabana em madeira e argila ou à base de um cercado.



Figura 29 – Ambiente F.



Figura 30 – Pormenor do processo de escavação,

7. Breve abordagem à cultura material do sítio

O material identificado no decurso da intervenção arqueológica, ainda que não seja inédito nesta região, traduz a importância da localização deste sítio, junto à costa Atlântica, na margem de um dos grandes rios ibéricos e na confluência de importantes rotas terrestres inter-regionais. As evidências de cerâmicas exógenas a esta região, como as produções do Círculo do Estreito enquadráveis em cronologias dos séculos IV e III a.C., as produções anfóricas da zona costeira da Ulterior e posteriormente da Bética, do Vale do Guadalquivir do séc. I a.C. ao séc. II d.C., a cerâmica fina produzida no Norte de África e no Mediterrâneo Oriental entre os séculos III e VII d.C., atestam a vitalidade das rotas comerciais que cruzavam

a Península desde a segunda metade do primeiro milénio a.C. e nas quais este sítio desempenhou um pequeno papel, fosse como destino final ou simples ponto intermédio entre a origem e o fim dos produtos transacionados.

A dinâmica deposicional típica das vertentes de pendor acentuado como é o caso, com a frequente escorrência ou arrasamento dos depósitos formados nas cotas superiores do monte para a sua base por acção hídrica ou por acção antrópica, alterou substancialmente a dinâmica da deposição dos materiais arqueológicos nesta plataforma, com a frequente mistura de materiais de cronologias e tipologias díspares em quase todos os contextos que foram identificados. Estas colúvies que originaram deposições secundárias, levaram-nos a interpretar com alguma cautela a relação cronológica entre os materiais datáveis exumados e os depósitos e estruturas identificados que constituíram as várias fases deste sítio.

Pretendemos neste ponto uma abordagem bastante genérica ao material exumado, tendo-se efectuado uma selecção de materiais que melhor representassem a evolução cronológica do sítio e que nos permitissem aferir as vivências e os ritmos que o construíram.

A maior percentagem do espólio exumado no decurso da escavação é composta por material cerâmico, sendo que dentro deste quadro a maior percentagem é composta por produções de âmbito local ou regional enquadrada em cronologias da II Idade do Ferro, com a presença de formas lisas, nomeadamente potes e pequenos vasos nos estratos mais antigos (fase I, fase II, fase III e fase IV). sendo que nos estratos imediatamente anteriores ou associados ao início da romanização (fase V e fase VI) predominam as cerâmicas de formas mais abertas, com decoração incisa ou impressa e que estão ausentes dos contextos mais antigos (Figuras 31 e 32).



Figura 31 – Cerâmica decorada da II Idade do Ferro.



Figura 32 – Cerâmica decorada da II Idade do Ferro.



Figura 33 – Cerâmica pintada.



Figura 34 – Fragmento de vaso askoide pintado.



Figura 35 – Asas de ânforas ibero-púnicas.

A cerâmica de importação representa uma importante porção do material exumado neste sítio e indicia proveniências e fábricas diversas, que atestam as dinâmicas comerciais estabelecidas entre as regiões setentrionais atlânticas e regiões mais meridionais da Península desde a II Idade do Ferro, com um aumento exponencial de material exógeno a partir da chegada dos romanos e o posterior enquadramento desta região nos domínios do império, traduzindo-se na chegada a esta finisterra de produções de toda a bacia do Mediterrâneo.

Os exemplares mais antigos que atestam as trocas comerciais com as regiões do denominado Círculo do Estreito, que engloba as regiões do Sul da Península Ibérica e do Norte de África, foram identificadas maioritariamente em contextos datáveis dos séculos III e II a.C. (fase III e fase IV) onde exumamos cerâmica anfórica e cerâmica pintada de vermelho com bandas negras (Figura 33), ditas púnicas ou de influência púnica e que circularam na Península desde o séc. VI a.C. até ao séc. III-II a.C. Associado a estes contextos, identificamos, também, um fragmento de jarro askoide, pintado com bandas horizontais e que parece constituir uma imitação dos askos Gregos, provenientes do Sul da Península (Figura 34).

As ânforas ibero-púnicas (Figura 35) surgem maioritariamente em contextos datáveis do século III-II a.C., (fase III e fase IV) associadas não só ao espólio pintado, como também às produções de âmbito local e regional.

A partir de finais do séc. I a.C. com a entrada definitiva desta região na esfera do poder romano, verificamos o aumento exponencial de ânforas neste sítio, o que traduz não só um incremento do nível de vida, com a chegada de produtos - vinho, azeite e preparados piscícolas - que não seriam habitualmente consumidos pelas comunidades locais, como também uma salutar actividade comercial ao longo da costa Atlântica da Península (o estudo do material anfórico encontra-se de momento em curso, pelo que os dados aqui apresentados revestem-se de um carácter provisório e muito sucinto).

O material anfórico associado aos depósitos coetâneos com a construção e uso do grande edifício que terá funcionado

como celeiro é muito residual, mas reveste-se de suma importância para o seu enquadramento temporal (fase VII). No interior da compartimentação identificamos fragmentos de ânforas produzidas na zona gaditana (atual sul de Espanha), fragmentos de ovóides lusitanas, bem como ânforas itálicas produzidas na Lácio/Campânia.

A estruturação de uma pequena lareira relacionada com a fase de construção ou utilização do *horreum* Augustano, apresentou igualmente a forma Haltern 70 (produzida entre 50 a.C. e o reinado de Augusto), produções gaditanas provenientes da área meridional da ulterior e fragmentos de produção lusitana de tipologia indeterminada.

O material de importação identificado no decurso da intervenção abrange ainda a cerâmica fina, nomeadamente a cerâmica de verniz negro, a *terra sigillata*, as lucernas e a cerâmica de paredes finas. Os exemplares mais antigos correspondem a fragmentos de cerâmica de verniz negro dita campanienese produzida na Península Itálica e que aqui terão chegado a partir do século II e I a.C., acompanhando o ritmo das legiões que progrediam para Norte. Os 3 fragmentos identificados no decurso desta fase da intervenção, provém de depósitos pouco anteriores ou coevos com a construção do *horreum*, cronologicamente enquadráveis no séc. I a.C. (fase VI e fase VII).

A *terra sigillata* constitui a maior percentagem no universo das cerâmicas finas de importação identificadas no decurso da escavação, com produções que abrangem uma vasta diacronia procedentes das oficinas que laboraram na Península Itálica, na Gália, na Hispânia, no Norte de África e no Mediterrâneo Oriental entre o séc. I a.C. e o séc. V d.C. A presença deste tipo de cerâmica no registo arqueológico traduz as dinâmicas comerciais operadas à escala do império, sendo que a análise da nossa amostra é consentânea com a variação dos mercados abastecedores e com o fluxo de importações conhecidas em sítios arqueológicos no território hoje português com longas ocupações.

Os exemplares mais antigos são produções de oficinas Itálicas, sendo que a primeira ocorrência de *sigillata* Itálica identificada no sítio está associado a contextos posteriores à fase de abandono do *horreum* (fase VIII). A maior parte da *sigillata* Itálica surge em depósitos onde identificamos materiais mais tardios, o que indicia tratar-se de fragmentos em deposição secundária, como é o caso do fundo com marca de oficina de A. *Sestius Dama Hilarius* produzida em Arezzo entre 30 a 10 a.C (Figura 36, lado esquerdo)

As produções das oficinas Sud-Gálicas e Hispânicas surgem em depósitos enquadráveis em cronologias do séc. I e II d.C. (fase IX) embora também tenhamos identificado alguns fragmentos em depósitos com presença de material tardio, como é o caso dos fragmentos de *terra sigillata marmorata*, produzidos nas oficinas de La Graufesenque entre 14 e 80 d.C. ou um fundo com a marca de oficina de *Cosivs et Vrapus*, cuja produção está datada entre 55 e 70 d.C. (Figura 36, lado direito).



Figura 36 – TS Itálica e TS Sud-Gálica com marca de oficina.



Figura 37 – *Sigillata* Africana (Clara D) com motivos vegetalista.



Figura 38 – *Sigillata* Africana com figuração.

A *sigillata* Africana constitui a maior percentagem de indivíduos de cerâmica fina identificado no decurso da escavação e surge em vários depósitos enquadráveis em cronologias a partir do século IV d.C. (fase X). Predominam as formas abertas, com decorações de motivos vegetalistas, cruciformes e num caso com figuração humana.

Nos depósitos relacionados com a ocupação mais tardia identificamos também vários fragmentos de cerâmica focense tardia (a denominada Late Roman C Ware, produzida no Mediterrâneo Oriental a partir do séc. IV d.C.) nomeadamente as formas Hayes 3 e as suas variantes.

Os vidros surgem abundantemente nos contextos tardo-romanos (fase X), nomeadamente nos depósitos detriticos e abarcam um amplo repertório formal e estilístico. Nestes níveis de lixeira identificamos um bordo de vidro translúcido com uma inscrição - incompleta- feita por abrasão após o fabrico da peça (Figura 40) e um vidro policromo *millefiore*, cuja produção está balizada na primeira metade do séc. I d.C. nas oficinas da Itália e do Mediterrâneo Oriental (Figura 41).



Figura 39 – *Sigillata* Focense Tardia.



Figura 40 – Vidro policromo *millefiore*.



Figura 41 – Vidro com inscrição.



Figura 42 – Asse de Augusto.

As contas de pasta vítrea foram identificadas em quase todas as fases de ocupação do sítio, predominando nas fases mais recentes as contas translúcidas ou castanhas anulares e galo-nadas e nas fases mais antigas, nomeadamente, as anteriores ao séc. I a.C., as contas de colar anulares e segmentadas de cor azul cobalto.

Nas duas fases dos trabalhos arqueológicos foram identificados apenas 12 numismas, sendo que só conseguimos obter a leitura de 3 deles: 2 enquadram-se em cronologia medievais da monarquia Portuguesa (1 real de cobre de D.João III e 1 dinheiro de D.Afonso II a D. Fernando) e 1 é um asse cunhado em Roma em 7 a.C com a efígie de Augusto (Figura.42). Dos restantes numismas, 5 poderão ser de cronologia romana ou medieval e 4 são de inequívoca cronologia romana porquanto terem sido identificados em depósitos relacionados com a ocupação tardo-romana.

Agradecimentos

Os autores agradecem a todos os membros da equipa que ao longo de 14 meses, com a sua experiência e dedicação, desenterraram e deram voz a pedras velhas de séculos. Um agradecimento especial aos arqueólogos César Guedes, Fátima Costa, Francisco Raimundo, Gabriela Santos, Marco Pereira, Óscar Teixeira, Rui Pinheiro, Sérgio Amorim, Tapício Nóbrega e aos serventes João Branco e Ricardo Almeida por terem tornado tão mais leves esses longos dias de trabalho pesado e fastidioso.

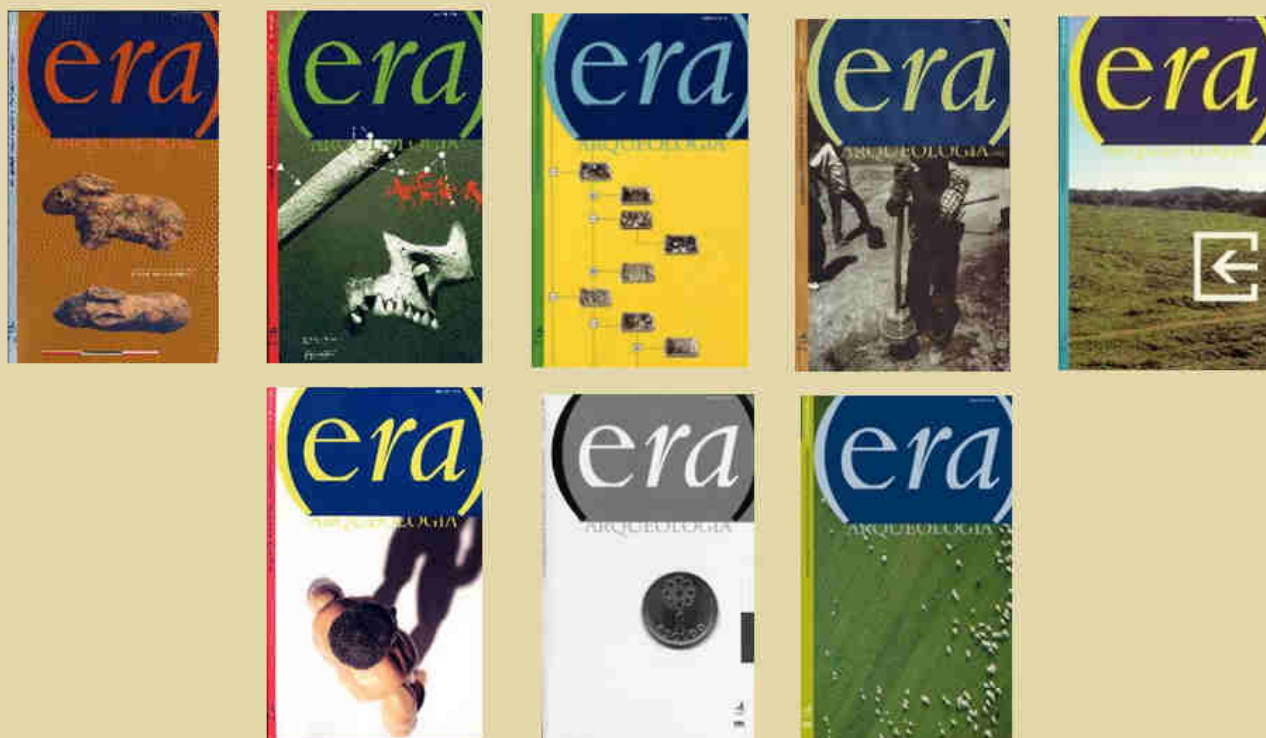
Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, Jorge (2005) - Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia - III in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 8, Nr. 2. Lisboa.
- BARBOSA, João; PRIETO, Roger (2011) Relatório Final das Sonda-gens de Avaliação Prévia Rei Ramiro Terraces; Edição Policopiada.
- CARVALHO, Teresa P.; FORTUNA, Jorge (2000) – Muralha romana descoberta no Castelo de Gaia, in *Al-Madan*. 9. Almada.
- CARVALHO, Teresa P. (2003) – As Ocupações no Castelo de Gaia – Problemas de Arqueologia Urbana, in *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I Série, Vol. 2, Porto.
- DOMÍNGUEZ, Javier S. (2003-2004) – La Documentación Literaria Aplicada al Registro Arqueológico: Las Técnicas de Construcción de lo Graneros Romanos Rurales, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie I, Prehistoria y Arqueología, 16-17.
- DOMÍNGUEZ, Javier S. (2008) La investigación sobre los horrea de época romana: Balance historiográfico y perspectivas de futuro in *CuPAUAM*, 34.
- DOMÍNGUEZ, Javier S. (2009) – Los Graneros Romanos Militares de Hispania, in *Gladius*, Anejos 13. Madrid, Ediciones Polifemo.
- DOMÍNGUEZ, Javier S. (2015) – Los Granero Sobreelevados en la Hispania Romana: Materiales y Técnicas Constructivas, in *Arqueología de la Arquitectura*, 12. Madrid/Vitória.
- ECHEGARAY, Joaquín G. (1999) – Las Guerras Cántabras en las Fuentes in *Guerras Cántabras*. Santander. Real Academia de La Historia – Fundación Marcelino Botín
- GONZÁLEZ, Julio R. (1998) – As Legiões Romanas no Vale do Douro na Época de Augusto e da Dinastia Júlio-Cláudia (31 A.C. – 68 D.C.), in *Douro, Estudos e Documentos*, Volume III (5).
- LOPES, Fernão (2018) Crónica de D. João I. Lisboa. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MANTAS, Vasco G. (2013) – População e Mobilidade na Cidades Romanas de Portugal, in *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História – População*. Vol. 2. Guimarães.
- MANTAS, Vasco. G. (1996) - A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga. Coimbra: Faculdade de Letras (Tese de doutoramento policopiada).
- MORILLO, Ángel (2016) – El Territorio Galaico Durante las Guerras Cántabras: Nuevas Perspectivas in MORAIS, Rui; BANDEIRA, Miguel; SOUSA, Maria J. (Ed.) *Celebração do Bimilenário de Augusto*. Braga. Câmara Municipal de Braga
- SILVA, António M.S.P (2015) “Mais de um Século de Arqueologia em Vila Nova de Gaia: Investigação e Gestão de um Património em Risco”, in *Estudos do Quaternário*. N.º 13, Braga, Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp 1-22
- SILVA, António. M. S. P. (2018) – “Cale Callaeocorum Locus? Notas Arqueológicas Sobre a Ocupação Indígena e Romana da Foz do Douro”, in *Actas do Congresso Construir, Navegar, Re(usar) o Douro da Antiguidade*, Porto, CICTEM, pp. 45-67.
- SILVA, Armando C. F. da (1984), Aspectos da Proto-história e Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e Problemática do seu Povoamento, in *Gaya*, 2, p. 39 - 58,
- SILVA, Armando C. F. (2015) - “As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e Epigrafia dos Turduli Veteres”, in *Estudos do Quaternário*. N.º 13, Braga, Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp 68-74

OUTRAS PUBLICAÇÕES DA ERA ARQUEOLOGIA

Série ERA Arqueologia

Oito volumes publicados entre 2000 e 2008



Série ERA Monográfica
Três volumes publicados



Série Perdígões Monográfica
Um volume publicado